

Banco Volvo (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao
Semestre Findo em 30 de Junho de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

BANCO VOLVO (BRASIL) S/A – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em milhares de reais)

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial relativas ao semestre findo em 30/06/2018, bem como o parecer dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido da Sociedade em 30 de junho de 2018 é de R\$ 897.659 (R\$ 751.098 em 2017) e o resultado do semestre foi um lucro de R\$ 62.645 (R\$ 3.586 em 2017).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o semestre.

Curitiba, 27 de agosto de 2018.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Volvo (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa consolidados, para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e à suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a qual divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e ao semestre findo em 30 de junho de 2017

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, e referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatórios em 28 de março de 2018 e 28 de agosto de 2017, respectivamente, com ressalva referente a não reclassificação das operações de arrendamento mercantil.

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Volvo (Brasil) S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalva, referente a não reclassificação das operações de arrendamento mercantil, em 27 de agosto de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de agosto de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANCOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas explicativas	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2018	2017
CIRCULANTE		1.747.802	1.862.141	CIRCULANTE		1.173.756	1.290.627
Disponibilidades	3	8.067	6.973	Depósitos	10	-	15.970
Aplicações interfinanceiras de liquidez		224.137	356.177	Depósitos a prazo		-	15.970
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	224.137	356.177	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		1.087.473	1.191.492
Títulos e valores mobiliários	4	44.849	24.661	FINAME	11	1.087.473	1.191.492
Carteira Própria		44.849	24.661	Outras obrigações		86.283	83.165
Operações de crédito	5	1.409.255	1.424.338	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		588	47
Operações de crédito - Setor privado		1.460.678	1.526.351	Sociais e Estatutárias		1.275	676
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(51.423)	(102.013)	Fiscais e previdenciárias	12.a)	15.301	8.444
Operações de arrendamento mercantil	5	1.828	1.029	Diversas	12.b)	69.119	73.998
Operações de arrend. financeiro a receber							
Setor privado		1.619	1.744	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.297.415	1.638.360
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(1.365)	(1.702)	Depósitos	10	3.835	1.375
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12)	(158)	Depósitos a prazo		3.835	1.375
Operações de arrend. operacional a receber				Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		1.264.371	1.614.215
Setor privado		28.537	37.079	FINAME	11	1.264.371	1.614.215
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(26.951)	(35.673)	Outras obrigações		29.209	22.770
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(261)	Fiscais e previdenciárias	12.a)	5.553	5.547
Outros créditos	6	53.457	43.564	Diversas	12.b)	23.656	17.223
Diversos	6	53.457	43.564				
Outros valores e bens	7	6.209	5.399	Resultados de exercícios futuros	2.1.o)	15.116	20.687
Outros valores e bens		4.978	4.196				
Despesas antecipadas		1.231	1.203	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	897.659	751.098
				Capital - domiciliados no exterior		728.843	683.623
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.556.762	1.744.374	Reserva de capital		73	73
Operações de crédito	5	1.480.180	1.607.767	Reserva de lucros		168.743	67.402
Operações de crédito - Setor privado		1.534.191	1.722.941				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(54.011)	(115.174)				
Operações de arrendamento mercantil	5	(207)	(541)				
Operações de arrend. financeiro a receber							
Setor privado		6.618	6.862				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(6.618)	(6.862)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(207)	(204)				
Operações de arrend. operacional a receber							
Setor privado		23.224	43.219				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(23.224)	(43.219)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(337)				
Outros créditos	6	76.187	136.364				
Diversos	6	76.187	136.364				
Outros valores e bens	7	602	784				
Despesas antecipadas		602	784				
PERMANENTE		79.382	94.257				
Investimentos		9.432	10.010				
Participações em controladas - No País	8	2.896	4.122				
Outros investimentos		6.536	5.888				
Imobilizado de uso		397	481				
Outras imobilizações de uso		1.358	1.357				
Depreciações acumuladas		(961)	(876)				
Imobilizado de arrendamento	9	63.078	77.697				
Bens arrendados		86.427	92.676				
Depreciação acumulada		(23.349)	(14.979)				
Diferido		420	553				
Perdas em arrendamento a amortizar e outros		2.693	2.694				
Amortizações acumuladas		(2.273)	(2.141)				
Intangível		6.055	5.516				
Ativos intangíveis		10.845	9.856				
Amortizações acumuladas		(4.790)	(4.340)				
TOTAL DO ATIVO		3.383.946	3.700.772	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.383.946	3.700.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		218.660	223.029
Operações de crédito		187.994	188.844
Operações de arrendamento mercantil		19.846	13.279
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		10.820	20.906
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(87.654)	(177.292)
Operações de captação no mercado		(145)	(966)
Operações de empréstimos e repasses		(81.779)	(86.615)
Operações de arrendamento mercantil		(14.486)	(10.438)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		8.756	(79.273)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		131.006	45.737
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(23.632)	(35.653)
Receitas de prestação de serviços	15.a)	41.577	31.235
Despesas de pessoal		(18.215)	(15.899)
Despesas gerais e administrativas		(41.505)	(45.306)
Despesas tributárias		(10.639)	(9.620)
Resultado de participações em controladas	8	(481)	(421)
Outras receitas operacionais	15.b)	10.575	7.851
Outras despesas operacionais	16	(4.944)	(3.493)
RESULTADO OPERACIONAL		107.374	10.084
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.288	(528)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		108.662	9.556
Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.a)	(44.728)	(5.412)
Provisão para imposto de renda		(6.756)	(3.344)
Provisão para contribuição social		(3.344)	(2.145)
IR/CS diferidos		(34.628)	77
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.289)	(558)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		62.645	3.586
Quantidade de ações no final do semestre		6.748.179.700	6.024.172.664
Lucro líquido por ação - em reais - R\$		0,0093	0,0006

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Outras</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>683.623</u>	<u>73</u>	<u>20.199</u>	<u>43.617</u>	<u>-</u>	<u>747.512</u>
Lucro líquido do semestre					3.586	3.586
Destinações do lucro:						
Reserva de lucros			179	3.407	(3.586)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	<u>683.623</u>	<u>73</u>	<u>20.378</u>	<u>47.024</u>	<u>-</u>	<u>751.098</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>728.843</u>	<u>73</u>	<u>24.973</u>	<u>81.125</u>	<u>-</u>	<u>835.014</u>
Lucro líquido do semestre					62.645	62.645
Destinações do lucro:						
Reserva de lucros			3.132	59.513	(62.645)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>728.843</u>	<u>73</u>	<u>28.105</u>	<u>140.638</u>	<u>-</u>	<u>897.659</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>108.662</u>	<u>9.556</u>
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.756)	79.273
Depreciações e amortizações	7.459	6.199
Provisão para passivos contingentes	2.908	1.586
Ajuste ao valor de mercado de investimentos	(258)	(455)
Insuficiência (Superveniência) de depreciação	2.757	2.225
Resultado de participação em controladas	481	421
Outros	<u>(1.289)</u>	<u>(558)</u>
	<u>111.964</u>	<u>98.247</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) de títulos e valores mobiliários	(8.555)	(1.231)
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(17.993)	299.082
Outros créditos	(5.393)	(2.912)
Outros valores e bens	6.077	356
Outras obrigações	(15.192)	(16.882)
Resultados de exercícios futuros	(1.976)	(5.308)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(6.085)</u>	<u>(3.382)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>62.847</u>	<u>367.970</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de imobilizado de uso, arrendamento e diferido	-	124
Aquisição de intangível/diferido	(288)	(800)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	-	<u>(67.423)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(288)</u>	<u>(68.099)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) em depósitos	(1.293)	(288)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	<u>(216.082)</u>	<u>(318.967)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(217.375)</u>	<u>(319.255)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(154.816)</u>	<u>(19.384)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	<u>387.020</u>	<u>382.534</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	<u><u>232.204</u></u>	<u><u>363.150</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial ("Banco Volvo"), com sede na cidade de Curitiba – PR, compreende as seguintes entidades: Banco Volvo (Brasil) S.A. (Instituição Líder) e Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"). Atua, principalmente, em operações de crédito voltadas ao financiamento de veículos e administração de grupos de consórcio de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Banco Volvo S.A. Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro 2013 e Circular nº 3.701 de 13 março 2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução.

Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Em 27 de agosto de 2018, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

b) Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), as demonstrações financeiras do Banco Volvo S.A. - Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação da entidade localizada no país sobre a qual detem controle direto.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

2.1. Principais práticas contábeis

a) *Apuração do resultado*

O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF no. 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IR e contribuição social - CSLL é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria para negociação são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Operações de crédito, depósitos a prazo e interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas "*pro rata temporis*" até a data do balanço.

g) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF no. 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamentos, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato.

h) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução no. 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear e considera as seguintes taxas anuais de vida útil de 10% para móveis e equipamentos e 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte.

k) Imobilizado de arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada, que quando aplicável é calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Conseqüentemente, a Instituição, visando atender ao regime de competência, constituiu, no semestre, provisão para insuficiência de depreciação, no montante de R\$ 2.756 (2017 – R\$ 2.225) classificada em "Despesas de arrendamento mercantil", equivalente ao ajuste ao efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

l) Ativo diferido e intangível

Composto, substancialmente, de gastos logiciais demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa de vida útil de 20% ao ano. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, os saldos existentes no ativo diferido antes da entrada em vigor desta Resolução podem ser mantidos até a sua efetiva baixa. Novos gastos foram contabilizados no ativo intangível, a partir desta data.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

o) Resultados de exercícios futuros

Referem-se a receitas de juros recebidos, antecipadamente, na liberação de créditos subsidiados pela montadora Volvo do Brasil Veículos Ltda. e concessionários, reconhecidas como resultados de exercícios futuros, no montante de R\$ 15.116 (2017 – R\$ 20.687), as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no montante de R\$ 2.786, para o semestre findo em 30 de junho de 2018, e pelas parcelas do lucro obtido nas operações de cessão de crédito, ocorridas nos exercícios de 2010 a 2014.

p) Benefícios a empregados

O Banco opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Banco tem apenas plano de contribuição definida.

O Banco faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Banco não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) créditos tributários; (vi) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	8.067	6.973
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	<u>224.137</u>	<u>356.177</u>
	<u>232.204</u>	<u>363.150</u>

(i) Referem-se à aplicações realizadas pelo Banco em Depósitos Interfinanceiros, remunerados à taxa média de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

<u>Tipo de aplicação</u>	Remuneração anual média - %	Valor de mercado	
		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5,50	31.198	9.674
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3,84	<u>13.651</u>	<u>14.987</u>
		<u>44.849</u>	<u>24.661</u>

b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Títulos para negociação	<u>44.849</u>	<u>24.661</u>

Os títulos para negociação são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais (LTN) e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	<u>Valor de mercado</u>
A vencer em até 12 meses	13.651
A vencer acima de 12 meses	<u>31.198</u>
	<u>44.849</u>

De acordo com os normativos do BACEN, esses títulos foram classificados no ativo circulante.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operações de arrendamento a receber

A carteira de arrendamento a receber, demonstrada pelo valor presente, é composta pelos seguintes saldos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante	1.840	1.448
Imobilizado de arrendamento	63.078	77.697
(-) Ativo circulante de arrendamento operacional	(1.586)	(1.406)
Imobilizado de arrendamento operacional	<u>(54.774)</u>	<u>(65.110)</u>
Imobilizado de arrendamento financeiro	8.558	12.629
Outras obrigações - diversas - longo prazo e circulante		
Credores por antecipação de valor residual	<u>(835)</u>	<u>(5.053)</u>
Total de arrendamento financeiro a receber, pelo valor presente	<u><u>7.723</u></u>	<u><u>7.576</u></u>

Os valores demonstrados nos quadros a seguir, referentes a arrendamentos a receber, estão demonstrados pelo valor presente das operações.

As operações de arrendamento financeiro têm cláusulas de opção de compra, de taxas de juros prefixadas e de seguros dos bens objetos de arrendamento, em favor do arrendador.

Os valores residuais de opção de compra, antecipados pelos clientes, em 30 de junho de 2018 montavam R\$ 836 (2017 - R\$ 5.053) e estão registrados em "Outras obrigações - diversas", no passivo circulante e no exigível a longo prazo (nota 12(b)).

b) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Operações de crédito e arrendamento mercantil

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Finame - Repasses	2.328.473	2.792.623
Financiamento prefixado	524.215	321.805
Empréstimos de capital de giro	34.036	42.840
Floor Plan	108.145	92.025
Arrendamento financeiro	<u>7.723</u>	<u>7.576</u>
	<u><u>3.002.592</u></u>	<u><u>3.256.869</u></u>

c) Diversificação da carteira de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade econômica

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Indústria		
Química e petroquímica	15.077	13.894
Extração mineral	91.689	94.945
Alimentícia, bebidas e tabaco	70.175	74.701
Madeira e móveis	30.037	36.258
Construção e imobiliário	29.058	38.673
Outros	<u>16.407</u>	<u>24.533</u>
	252.443	283.004
Comércio	<u>445.239</u>	<u>463.011</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços		
Transporte rodoviário (mercadorias e passageiros)	1.933.825	2.034.411
Construção civil	153.303	184.171
Agricultura, avicultura e agropecuária	45.074	59.900
Outros	<u>99.393</u>	<u>139.334</u>
	2.231.595	2.417.816
Pessoa física	<u>73.315</u>	<u>93.038</u>
Total da carteira	<u>3.002.592</u>	<u>3.256.869</u>

d) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de risco	2018			2017	
	Créditos em dia	Créditos com atraso inferior a 15 dias	Créditos com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Total
AA	250.365	21	-	250.386	439.786
A	1.118.982	371	854	1.120.207	1.075.920
B	959.946	448	3.050	963.444	922.449
C	377.042	674	5.503	383.219	415.477
D	194.408	715	7.556	202.679	128.075
E	22.093	162	2.534	24.789	38.269
F	9.198	125	1.439	10.762	128.276
G	3.053	68	1.118	4.239	21.880
H	<u>32.720</u>	<u>215</u>	<u>9.932</u>	<u>42.867</u>	<u>86.737</u>
	<u>2.967.807</u>	<u>2.799</u>	<u>31.986</u>	<u>3.002.592</u>	<u>3.256.869</u>

e) Composição da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, e correspondente provisão para riscos de crédito, nos níveis de riscos estabelecidos pelo BACEN

Níveis de risco	Saldos em 30/06/2018	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para risco de crédito
AA	250.386	0%	-
A	1.120.207	0,50%	5.601
B	963.444	1,00%	9.634
C	383.219	3,00%	11.498
D	202.679	10,00%	20.267
E	24.789	30,00%	7.437
F	10.762	50,00%	5.381
G	4.239	70,00%	2.968
H	<u>42.867</u>	100,00%	<u>42.867</u>
	<u>3.002.592</u>		<u>105.653</u>

Níveis de risco	Saldos em 30/06/2017	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para risco de crédito
AA	439.786	0%	-
A	1.075.920	0,50%	5.458
B	922.449	1,00%	9.745
C	415.477	3,00%	12.464
D	128.075	10,00%	12.807
E	38.269	30,00%	11.481
F	128.276	50,00%	64.139
G	21.880	70,00%	15.316
H	86.737	100,00%	86.737
	<u>3.256.869</u>		<u>218.147</u>

f) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações

Descrição	2018	2017
Parcelas vencidas acima de 15 dias	31.986	51.109
Parcelas vencidas há menos de 15 dias	2.799	25.471
A vencer		
Até 90 dias	428.598	415.825
De 91 a 360 dias	1.004.374	1.038.945
Acima de 360 dias	1.534.835	1.725.519
	<u>3.002.592</u>	<u>3.256.869</u>

g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do semestre	152.328	199.972
Constituição / (Reversão) de provisão	(8.756)	79.273
Baixa de créditos incobráveis	<u>(37.919)</u>	<u>(61.098)</u>
Saldo no final do semestre	<u>105.653</u>	<u>218.147</u>
Recuperação de créditos baixados	<u>24.396</u>	<u>16.271</u>

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Circulante		
Créditos tributários (Nota 13 (b))	33.732	26.180
Valores pendentes de recebimento (a)	16.965	12.245
Outros créditos	2.760	3.139
	<u>53.457</u>	<u>43.564</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13 (b))	55.037	126.704
Depósitos judiciais	7.426	7.183
Impostos a recuperar	<u>13.724</u>	<u>2.477</u>
	<u>76.187</u>	<u>136.364</u>
	<u>129.644</u>	<u>179.928</u>

(a) Refere-se a recursos ainda pendentes de recebimento dos grupo de consórcio em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo.

7. OUTROS VALORES E BENS - CURTO E LONGO PRAZOS

Referem-se a bens não de uso próprio, correspondente à recuperação de veículos financiados e a despesas pagas antecipadamente relacionadas à contratação de carta de fiança e a despesas com contratos de arrendamento mercantil.

8. INVESTIMENTOS

a) Demonstração dos investimentos

	<u>Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.</u>
Quotas possuídas	9.999
Participação no capital social e votante	99,99%
Patrimônio líquido	2.896
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(481)
Saldo contábil do investimento	2.896
Equivalência patrimonial do exercício	(481)

b) Movimentação dos investimentos

	<u>Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.543
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(421)</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	4.122
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(745)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.377
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(481)</u>
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>2.896</u>

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

		2018			
Bens arrendados	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Superveniência (Insuficiência)	Total
Veículos	35,3%	84.191	(23.918)	2.245	62.518
Maq e Equip	35,3%	<u>2.236</u>	<u>(2.236)</u>	<u>560</u>	<u>560</u>
		<u>86.427</u>	<u>(26.154)</u>	<u>2.805</u>	<u>63.078</u>
		2017			
Bens arrendados	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Superveniência (Insuficiência)	Total
Veículos	35,3%	76.656	(10.118)	4.122	70.660
Maq e Equip	35,3%	<u>16.020</u>	<u>(14.708)</u>	<u>5.725</u>	<u>7.037</u>
		<u>92.676</u>	<u>(24.826)</u>	<u>9.847</u>	<u>77.697</u>

10. DEPÓSITOS

Depósito a prazo indexados ao CDI, com os seguintes vencimentos:

	2018	2017
Até 1 ano	-	15.970
De 1 a 3 anos	<u>3.835</u>	<u>1.375</u>
	<u>3.835</u>	<u>17.345</u>

A remuneração dos depósitos é variável entre 94% e 100% do CDI.

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recursos do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, Taxa de Longo Prazo – TLP ou Selic, acrescida de juros variando de 1,6% a 8,4% a.a., e recursos com taxas prefixadas variando de 0% a 19,5% a.a. com os seguintes vencimentos:

	2018	2017
Até 1 ano	1.087.473	1.191.492
De 1 a 3 anos	1.055.415	1.367.646
De 3 a 5 anos	198.501	240.761
De 5 a 15 anos	<u>10.455</u>	<u>5.808</u>
	<u>2.351.844</u>	<u>2.805.707</u>

Em parte de sua carteira de repasses, o Banco conta com garantia do Fundo Garantidor de Investimento (FGI), de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	3.641	2.077
Provisão de IR/CS diferido (i)	7.442	3.733
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>4.218</u>	<u>2.634</u>
	<u>15.301</u>	<u>8.444</u>
Realizável a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (ii)	<u>5.553</u>	<u>5.547</u>
	<u>20.854</u>	<u>13.991</u>

(i) Refere-se à provisão de imposto de renda sobre resultado de superveniência de depreciação dos veículos de arrendamento mercantil, e ajuste da depreciação acelerada dos veículos de arrendamento operacional.

(ii) O Banco é parte envolvida em processos tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos (vide nota 12 (b) e (c)). Este saldo refere-se, principalmente, a ações fiscais nas quais são discutidas as bases de cálculo de IRPJ e CSLL na vigência do plano real.

b) Diversas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	19.855	21.482
Credores por antecipação de valor residual	778	4.217
Recursos a devolver a grupos encerrados (ii)	14.677	14.029
Recursos pendentes de recebimento (vide nota 6)	16.965	14.245
Diversos	<u>16.844</u>	<u>20.025</u>
	<u>69.119</u>	<u>73.998</u>
Realizável a longo prazo		
Credores por antecipação de valor residual	58	836
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	6.015	-
Provisão para contingências (iii)	<u>17.583</u>	<u>16.387</u>
	<u>23.656</u>	<u>17.223</u>
	<u>92.775</u>	<u>91.221</u>

(i) Provisão para perdas para cobrir responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento e valores já aportados em grupos encerrados.

- (ii) Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados.
- (iii) As obrigações são de natureza cível, em geral, decorrente de revisão de contrato e de indenização para danos morais e materiais.

Perdas possíveis

O Banco tem ações de natureza tributária, para as quais não há provisão contabilizada, relacionadas a ISS sobre operações de leasing, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 26.177 (2017 - R\$ 27.635).

O Banco também possui ações de natureza cível, para as quais não há provisão contabilizada, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 2.513 (2017 - R\$ 752).

c) Movimentação da provisão para perdas e para contingências

	Provisão para perdas nos grupos de consórcios	Provisão para contingências	Total
Saldo no início do período	5.321	15.824	21.145
Constituição/ (Reversão) de provisão	908	2.000	2.908
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	<u>(214)</u>	<u>(241)</u>	<u>(455)</u>
Saldo no final do período	<u>6.015</u>	<u>17.583</u>	<u>23.598</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Medida Provisória (MP) nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, dispôs sobre medidas tributárias e elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 15% para 20% do lucro tributável, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Assim, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação das alíquotas vigentes de 20% (15% no período de janeiro a agosto de 2015) e as provisões para Imposto de renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo.

Com relação a Consórcio, a alíquota de IR é de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no exercício e da CSLL de 9%.

a) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

Descrição	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	108.662	108.662	9.556	9.556
Equivalência patrimonial	481	481	421	421
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Participação dos empregados no lucro	(1.289)	(1.289)	(558)	(558)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de leasing	(6.718)	(6.718)	(3.306)	(3.306)
Adições e exclusões temporárias	<u>(72.516)</u>	<u>(74.259)</u>	<u>8.469</u>	<u>7.479</u>
Provisão para devedores duvidosos	(65.729)	(65.729)	11.411	11.411
Outras adições e exclusões temporárias	(6.787)	(8.530)	(2.942)	(3.932)
Despesas indedutíveis	32	32	32	32
Compensação de prejuízos e base negativa de contribuição social na Consórcio	<u>(1.580)</u>	<u>(3.798)</u>	<u>(184)</u>	<u>(184)</u>
Base de cálculo	<u>27.072</u>	<u>23.111</u>	<u>14.430</u>	<u>13.440</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(6.756)	(3.344)	(3.344)	(2.145)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(19.479)</u>	<u>(15.149)</u>	<u>(24)</u>	<u>101</u>
Diferenças temporárias	(16.793)	(13.776)	443	381
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de leasing	(1.249)	(749)	(467)	(280)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSL	<u>(1.437)</u>	<u>(624)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(26.235)</u>	<u>(18.493)</u>	<u>(3.368)</u>	<u>(2.044)</u>

b) Impostos diferidos

O Banco Volvo – Conglomerado Prudencial possui R\$ 10.806 de prejuízos fiscais acumulados para fins de imposto de renda, R\$ 18.019 (2017 – 4.386) de base negativa de contribuição social e R\$ 204.874 (2017 - R\$ 366.781) de diferenças temporárias em 30 de junho de 2018, sobre os quais foram contabilizados integralmente, créditos tributários ativos, no montante de R\$ 88.769 (2017 - R\$ 152.883). Tais diferenças referem-se substancialmente à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados, com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros anuais futuros, sem prazo de prescrição. Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Diferenças temporárias e prejuízo fiscal
2018	20.934
2019	25.523
2020	17.715
2021	17.043
2022	<u>7.554</u>
	<u>88.769</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 83.875 (2017 - R\$ 132.196), de diferenças temporárias.

c) Movimentação no exercício

	<u>Valor líquido dos créditos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	151.059
Créditos tributários constituídos / (utilizados)	<u>1.824</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	152.883
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.399
Créditos tributários constituídos / (utilizados)	<u>(32.630)</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u><u>88.769</u></u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital

O capital social subscrito e integralizado está representado, em 2018, por 3.374.089.850 ações ordinárias e 3.374.089.850 ações preferenciais (2017 - 3.164.757.381 ações ordinárias e 3.164.757.381 ações preferenciais), todas nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Volvo Holding Sverige Aktiebolag	99,99%	99,99%
Outros	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária, após a compensação dos prejuízos acumulados. As ações preferenciais não têm direito a voto, possuem prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco e igualdade de direitos com as ações ordinárias nos demais aspectos.

b) Juros sobre o capital próprio e aumento de capital

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração do Banco aprovou, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 53.200 (2016 - R\$ 38.800), o que corresponde a R\$ 0,0079 (2016 - R\$ 0,0061) por ação, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, a acionista controladora decidiu reinvestir os juros sobre o capital próprio no capital social do Banco Volvo, aprovando aumento de capital equivalente ao valor pago dos juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, no montante de R\$ 45.220 (2016 - R\$ 32.980), passando o capital social do Banco de R\$ 683.623 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 728.843 em 31 de dezembro de 2017, com emissão de 209.332.469 (2016 - 152.671.048) ações ordinárias e de 209.332.469 (2016 - 152.671.048) ações preferenciais. A aprovação do aumento de capital social, pelo Banco Central do Brasil, deu-se em 02 de fevereiro de 2018.

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

a) Receita de prestação de serviços

Compostas substancialmente pelas receitas de taxa de administração da Consórcio, que no semestre findo em 30 de junho de 2018 montam R\$ 39.271 (2017 – R\$ 29.300).

b) Outras receitas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recuperação de despesas	7.739	5.454
Cessão de crédito	70	210
Reversão de provisões operacionais	736	1.558
Outras	<u>2.030</u>	<u>629</u>
	<u>10.575</u>	<u>7.851</u>

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de provisões legais e contingências	3.643	2.266
Despesas com serviços de terceiros	1.185	1.139
Outras	<u>116</u>	<u>88</u>
	<u>4.944</u>	<u>3.493</u>

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

As transações realizadas pela instituição, com partes relacionadas, compreendem aplicações em depósitos interfinanceiros e captações de depósito a prazo, contratadas com taxas e condições praticadas com terceiros e receitas (despesas) administrativas referente a contrato específico de prestação de serviços.

Os saldos destas operações são demonstrados a seguir:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Direitos (Obrigações)	Receitas (Despesas)	Direitos (Obrigações)	Receitas (Despesas)
Receitas administrativas				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	(108)	252	90	540
Depósitos a prazo				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	(1.807)	(74)	(4.691)	(269)
Despesas administrativas				
Volvo Financial Services US LLC.	-	(2.388)	-	(1.597)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	(418)	(1.241)	(354)	(944)
Volvo Information Technology AB.	(131)	(920)	(7.625)	(895)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados como pessoal-chave da Administração os funcionários que fazem parte da diretoria. A remuneração paga ou a pagar a estes funcionários está demonstrada a seguir, e refere-se ao montante pago ou a pagar pelos serviços por eles prestados às empresas do conglomerado Volvo Serviços Financeiros - Brasil:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários, honorários e encargos	1.744	1.740
Gratificação	445	334
Planos de aposentadoria e pensão	56	66
Outros	179	52
	<u>2.424</u>	<u>2.192</u>

Nos termos da Resolução CMN nº 3.750/09, não existem outras transações com partes relacionadas além das discriminadas acima.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, o Banco não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Banco Volvo, instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

a.1) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco Volvo é realizado por uma estrutura, cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Instituição aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

a.2) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de Risco de Mercado e de Liquidez do Banco Volvo é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pela matriz do Grupo, de forma a garantir a capacidade de pagamento da instituição. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

a.3) Risco operacional

A estrutura de Risco Operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Grupo. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Mais informações sobre a gestão de riscos podem ser obtidas em nosso site, no link: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

a.4) Risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo elencar as diretrizes que norteiam as ações que devem ser observadas na comercialização dos produtos e serviços do Banco Volvo, bem como na contratação com fornecedores.

b) Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir que o Banco mantenha níveis adequados de capital para suportar suas operações. A estrutura implementada inclui política, monitoramento periódico da adequação de capital, plano de capital e testes de estresse.

O modelo estabelecido para o funcionamento da estrutura de Gerenciamento de Capital está disponível no endereço: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

20. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a empresa, por ser uma das patrocinadoras, é responsável pelas contribuições proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente.

b) Planos de benefícios

A modalidade desse plano é contribuição definida na formação das reservas e também contribuição definida no pagamento da renda mensal a partir da aposentadoria. Apenas para os participantes inscritos no plano até maio/2011, há a opção por benefício definido no pagamento da renda mensal vitalícia a partir da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco e a Consórcio efetuaram contribuições no montante de R\$ 703 (2016 – R\$ 742) e R\$ 34 (2016 – R\$ 45), respectivamente, referentes à contribuição básica e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(64.520)	(56.162)
Valor justo dos ativos	<u>87.828</u>	<u>78.132</u>
Superávit actuarial	<u>23.308</u>	<u>21.970</u>

O superávit, resultante da diferença entre o valor justo dos ativos e o valor presente das obrigações atuariais, apurado de acordo com a metodologia de cálculo adotada em atendimento à norma é meramente contábil. Estes ganhos não são reconhecidos pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., nem mesmo pela Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, já que está obrigada a calcular as obrigações atuariais e definir as premissas, com base em Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

O passivo atuarial acima demonstrado contempla o resultado geral do Plano Vikingprev (todas as Patrocinadoras do Plano).

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

	2017	2016
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	10,16% a.a. (nominal)	11,07% a.a. (nominal)
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	4,60% a.a.	5,00% a.a.
Inflação	4,60% a.a.	5,00% a.a.
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability

21. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA)

Em 30 de junho de 2018, o Banco Volvo encontrava-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basileia, em 30 de junho de 2018, foi apurado em 25,86% (2017 – 20,92%).

O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8,625% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes.